

PROJETO DE LEI Nº , DE 2011

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Acrescenta dispositivo à
Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de
maio de 1943, para vedar a aplicação da
prescrição intercorrente na Justiça do
Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar
acrescida do seguinte art. 11-A:

*“Art. 11-A. Não se aplica a prescrição intercorrente,
assim considerada aquela que se verifica, em qualquer
fase processual, por inércia das partes, nas ações
resultantes das relações de trabalho.”*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com o presente projeto, queremos chamar a atenção
para a necessidade urgente de se por fim a uma controvérsia jurisprudencial
que vem ganhando corpo no âmbito da Justiça do Trabalho.

Trata-se do instituto da “prescrição intercorrente”, aquela que se verifica após o ajuizamento da ação judicial, via de regra, na fase executória, quando a inércia do credor pode levar o juiz a decretar a prescrição e a extinção da ação.

Ocorre que, como o processo do trabalho pode ser impulsionado de ofício pelo juiz, o entendimento pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, por meio da Súmula nº 114, é no sentido de que tal instituto não se aplica na Justiça do Trabalho.

No entanto, a partir da edição da Lei nº 11.051, 29 de dezembro de 2004, que, modificando o art. 40 da Lei Federal nº 6.830, de 22 de dezembro de 1980, que regula a Execução Fiscal, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho, passou a admitir a prescrição intercorrente nas ações fiscais, parte considerável dos juízes e tribunais regionais do trabalho vem adotando a mesma medida no âmbito trabalhista.

Ora, salvo melhor juízo, esse entendimento é, sobre todos os aspectos, equivocado. Se não, vejamos.

Nas ações fiscais, o credor, o Estado, é a parte forte, todo poderosa na relação processual. O instituto da prescrição intercorrente, assim, vem ao encontro do princípio geral de direito processual que determina a busca do equilíbrio entre as partes, princípio este popularmente conhecido como de “paridade de armas”.

Pois bem, na Justiça do Trabalho, ocorre justamente o contrário. O credor, via de regra, trabalhador desempregado, é a parte fraca na relação processual, razão pela qual, frise-se, é permitido ao juiz impulsionar o processo de ofício.

Talvez não seja supérfluo lembrar que o impulso de ofício não é uma faculdade, mas um dever do juiz do trabalho.

Não há, portanto, nenhuma justificativa válida para que se adote a prescrição intercorrente nas ações resultantes das relações de trabalho.

Com o presente projeto pretendemos evitar problemas futuros, dando força de lei à Súmula nº 114 do TST, para que não parem mais dúvidas sobre o assunto.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado CARLOS BEZERRA